

**UNIVERSIDAD NACIONAL DE ITAPUA**

**III SEMINARIO INTERNACIONAL DE LOS ESPACIOS DE FRONTERA (III GEOFRONTERA)**

# *Integración: Cooperación y Conflictos*

# III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA (III GEOFRONTEIRA)

# *Integração: Cooperação e Conflito*

EJE TEMATICO A LA QUE SE PRESENTA EL TRABAJO

EIXO TEMÁTICO DA INSCRIÇÃO DO TRABALHO

**7 – Temas Libres**

# Cooperativismo e Política Pública. Ferramentas para o Estabelecimento e Sustentabilidade da Agroecologia

Angélica de Siqueira

UNIOESTE, *Campus* Marechal Cândido Rondon

E-mail: angélicacdi@yahoo.com.br

Nazly López Peña

UNIOESTE, *Campus* Marechal Cândido Rondon

E-mail: nazlopez88@gmail.com

Nardel Luiz Soares

UNIOESTE, *Campus* Marechal Cândido Rondon

E-mail: saberambiental@bol.com.br

Julio - 2015

**Resumen/ Resumo**

Resumen de 200 palabras, que contenga: problema, objetivo, metodología y resultados propuestos para el trabajo.

Resumo de 200 palavras, contendo: problemática, objetivo, metodología e resultados propostos para o trabalho.

# RESUMO

Os atuais processos agrícolas visam produções de maior rendimento ao menor custo econômico e temporal. Consequentemente, o emprego da química agrícola, estancou o uso de insumos orgânicos, e impactou negativamente o equilíbrio do meio ambiente, mas se achou que as novas tecnologias de produção viraria o solo resistente ao uso de agrotóxicos, satisfazendo logo as exigências da demanda por alimentos. Assim, a agroecologia se converte numa proposta de produção limpa e benéfica para os agricultores, com a criação e institucionalização de redes agroecológicas e políticas públicas viradas a agroecologia. Porém, para o caso do Brasil, se observam entraves na comunicação dos governos com os produtores para executar as políticas, e gargalos internos na sustentabilidade dos recursos humanos e econômicos nas organizações. O objetivo da pesquisa se concentra na descrição do cenário de política pública e de gestão interna no qual as organizações de produtores e agricultores agroecológicos estão se desenvolvendo, com o fim de identificar os obstáculos que se apresentam. A metodologia empregada constitui descrições teóricas e práticas para a identificação dos desafios que tem o estabelecimento e sustentabilidade da Agroecologia, tanto a nível organizacional como de políticas públicas, abrindo o espaço para a discussão.

# INTRODUÇÃO

As mudanças nos modos de produção agrícola têm trazido consigo o esquecimento de práticas agroecológicas e a introdução de tecnologias e técnicas baseadas na aplicação de químicos tóxicos em prol do acesso às economias de escala. Com isso, têm se esgotado as propriedades naturais dos solos e modificado equilíbrio ambiental, assim como o estabelecimento de monoculturas que impedem a diversificação dos cultivos na agricultura familiar.

A crescente demanda de produtos orgânicos, a consciência dos danos ao meio ambiente e à saúde dos consumidores e o êxodo rural, entre outras problemáticas de ordem social, política, econômica e cultural no campo, têm sido argumentos suficientes para o estabelecimento de políticas públicas voltadas à produção orgânica e com base na agroecologia no Brasil.

Porém, ainda com a criação de planos, programas e leis que impactam direta e indiretamente a produção na agroecologia, se observam alguns gargalos e entraves internos e externos das organizações de produtores agroecológicos. As problemáticas vão desde falta de interação e comunicação da política pública com as associações, o predomínio das práticas convencionais e não ecológicas, até uma desorientação interna nas organizações civis que aumentam o desconhecimento dos cenários de oportunidades.

Assim, o objetivo da pesquisa se concentra na descrição do cenário de política pública e de gestão interna no qual as organizações de produtores e agricultores agroecológicos estão se desenvolvendo, com o fim de identificar os obstáculos que se apresentam e que não permitem uma ativa participação nos mercados e na economia nacional. A metodologia de investigação implica o reconhecimento teórico da agroecologia, da importância da sua prática na agricultura familiar e das políticas públicas que fomentam e incentivam seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se ressalta a relevância da organização civil ao redor da produção orgânica e com base agroecológica. Finalmente, se expõe um estudo de caso com o qual se propõe observar as problemáticas que possuem as organizações para sua sustentabilidade.

# AGROECOLOGIA E POLÍTICA PÚBLICA

Desde a entrada do modelo capitalista para o século XVI, os objetivos dos modos de produção têm visado pelo aumento da produtividade com o mínimo do uso de capital físico e econômico e com a industrialização dos processos, que em conjunto com os avanços científicos e tecnológicos da época, as técnicas e recursos ambientalmente responsáveis, como a ancestral agroecologia, foram deixados de lado. Segundo Linhares e Romeiro (2002):

Equívocos à parte, como a de que os fertilizantes orgânicos seriam inúteis, as conclusões de Liebig soaram como um “canto de sereia” para os agricultores, pois viabilizava a monocultura com a eliminação da necessidade do cultivo de plantas forrageiras para a alimentação anima cujo esterco era empregado na recuperação da fertilidade dos solos. Em outras palavras, a química agrícola surgia como uma alternativa de eliminar o problema dos solos provocado pela monocultura, viabilizando um novo modo de produção na história da agricultura que foi amplamente disseminado pelo mundo desde o final do século XIX e durante o XX (Linhares de Assis & Ribeiro Romeiro, 2002, p. 71)

Como consequência, o termo “Agroecologia”, se tornou apenas uma alternativa de produção, representando pouca relevância para o crescimento da produtividade e para o sustento das rendas familiares do campo, depois de estabelecidos os novos padrões de produção. Os cuidados, conhecimentos e técnicas ancestrais da agroecologia foram sendo esquecidos, com a entrada de fertilizantes químicos e agrotóxicos aplicados em monocultivos, que visaram pelo objetivo principal das economias de escala.

A Agroecologia, segundo Gliessman (2000), quem é citado por Borges (2012),

Proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consciente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade (Borges , 2012, p. 9).

Porém, as contribuições da agroecologia “vão muito além dos aspectos tecnológicos e agronômicos da produção, incorporando dimensões mais abrangentes e complexas que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da produção agrícola” (Caporal & Costabeber, 2004, p. 89). Posteriormente, a independência do agricultor, e seu domínio sobre as técnicas agroecológicas permite com que ele seja protagonista do desenvolvimento da sua produção, não se limitando apenas a acatar técnicas prontas de cultivo. “Com o tempo ele passa a produzir melhor que a agricultura convencional e ganha autoconfiança” (Primavesi, 2008, p. 10).

Assim, a mudança de um sistema convencional ao agroecológico deve ser gradativa e de transformação na forma de como manejar o agroecossistema dando um enfoque produtivo, ecológico, político, cultural, social e econômico (Limeira Coutinho, 2011, p. 80). Segundo o EMBRAPA (2006)

A transição agroecológica para fora do sistema produtivo caracteriza-se pela mudança da consciência dos consumidores, organizar o mercado com preço acessível para a população de baixa renda, melhorar a infraestrutura, realizar mudanças nas instituições de pesquisa, ensino e extensão, formular políticas públicas integradas e sistêmicas sob controle social, geradas a partir de organizações sociais propositivas (Ibid., pág. 78-79).

Nesta mesma perspectiva, de aumento de produção e da qualidade dos alimentos mantendo a preservação de recursos naturais, fundamenta-se o desenvolvimento rural sustentável, que mundialmente tem objetivo reconhecido como sendo aquele que garante recursos para o sustento do presente, sem comprometer a capacidade de sustento das gerações futuras (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991).

O valor da política pública para o desenvolvimento rural sustentável se baseia em várias demandas, nas quais se encontram a importância da distribuição de renda – que se obtém de variadas fontes por meio de distintos mecanismos da arrecadação pública –, como fonte para estabelecer os programas e planos que garantam de uma ruralidade eficiente e inclusiva na economia nacional. Neste sentido, as redes de políticas públicas desempenham o papel de comunicadoras daqueles programas e planos dos diferentes níveis de governo. Com respeito a isto, Maluf (2010), comenta que:

“O enfoque cognitivo [dado pelas redes] envolve a identificação das instituições de natureza formal (associações, cooperativas, entidades setoriais ou profissionais, etc.) e também as de natureza informal, bem como os atores chaves no campo político local que cumpririam o papel de “tradutores” do referencial ou ainda de “empreendedores políticos”, mediando os registros institucionais oficiais e costumeiros” (Programas de Desenvolvimento Rural Sustentável e a Agricultura Familiar no Brasil: enfoques, atores e escalas, 2010, p. 21).

Deste modo, a política pública se encontra no dever de dispor recursos e estratégias que possam integrar o agricultor e sua família nas diferentes dinâmicas políticas e econômicas, sociais, culturais e ambientais. Portanto, os agricultores devem possuir relevância na construção e aplicação de políticas públicas, inclusive aquelas que envolvem os espaços urbanos, se isso significasse, entre outras coisas, se inserir ativamente nas cadeias produtivas e a abertura dos mercados.

Tendo em vista a proposição supracitada de aumento de oportunidades para o espaço rural, as políticas destinadas à inclusão digital, técnica, modos de produção agroecológicos, organização e cooperativismo, empreendimento e conhecimentos próprios do desenvolvimento rural, são modos de fazer uma agricultura sustentável no tempo e no espaço, especialmente a agricultura familiar[[1]](#footnote-1), devido à concentração das grandes problemáticas sociais identificadas neste espaço, como a pobreza extrema, a falta de educação e de serviços básicos como saúde e infraestrutura, êxodo rural e baixa sustentabilidade na gestão dos recursos econômicos, físicos e humanos, etc.

O reconhecimento do termo Agricultura Familiar, para o Brasil deu-se na década de 1990 quando:

[teve a categorização] sociopolítica em torno da qual se reuniram organizações e movimentos sociais, pesquisadores e gestores públicos. Sua evolução se deu na direção de consagrar a diferenciação de modelos de agricultura no meio rural brasileiro apresentando-se em contraposição ao agronegócio empresarial (Maluf, 2010, p. 22).

A importância da agricultura familiar na economia brasileira se impõe ao se considerar que ela “gera mais do 80% da ocupação do setor rural e responde no Brasil por 7 de cada 10 empregos no campo e por cerca do 40% da produção agrícola” (Companhia Nacional de Abastecimento do Brasil -CONAB-, 2015). Por isto, a política pública encaminhada à sustentabilidade deste tipo de agricultura, onde se possibilite a interação da agronomia com a ecologia, resulta imperativo para o desenvolvimento social, econômico, ambiental, cultural e político das famílias rurais, máxime se as ferramentas para a produção orgânica e de base agroecológica trazem consigo uma produção mais limpa, com maior diversificação que as convencionais monoculturas, menos invasiva para a saúde e uma demanda expectante e crescente.

No entanto, a agroecologia deverá funcionar como uma ferramenta utilizada na política pública para atingir o objetivo do desenvolvimento rural sustentável e no desenvolvimento humano, mas não deverá se confundir com uma política pública mesmo. Segundo Schultz (2007):

A agroecologia não pode ser considerada como um mercado, um sistema de produção, um modelo tecnológico, ou como uma política pública, mas antes, como um enfoque científico que dá sustentação à elaboração de estratégias de sustentabilidade na agricultura (Agroecologia, agricultura orgânica e institucionalização das relações com o mercado nas organizações de produtores do Brasil1 , 2007, p. 71).

Como estratégia para o desenvolvimento rural sustentável, o governo brasileiro criou o Plano Nacional de Agroecologia e produção orgânica – PRONAPO –, como resposta à necessidade de um marco legal e formal que apoiasse a agroecologia sustentável dos pequenos e médios produtores.

O Plano foi elaborado para o período 2013-2015 pelos organismos públicos governamentais e por algumas das muitas organizações civis a nível nacional. Neste plano atuaram 10 ministérios públicos, 14 representantes da sociedade civil e 14 representantes de órgãos do governo federal.

Este plano criado por meio do Decreto No. 7.794 o 20 de agosto de 2012, concentra-se em quatro eixos fundamentais: produção, uso e conservação de recursos naturais, conhecimento, comercialização e consumo, que visam se executar através de 12 macrodesafios que envolvem aspectos de difusão da atividade agroecológica, cooperativismo, financiamento, educação ambiental, inclusão da pesquisa e extensão universitária, estímulo à agroindustrialização, acesso dos consumidores à informação e oferta de produtos orgânicos, participação de jovens e mulheres nas organizações e labores rurais, entre outros.

Deste modo, PRONAPO envolve os tópicos necessários para o funcionamento das cadeias produtivas de produtos da agroecologia, onde se observa uma inclusão mais participativa da sociedade civil, e dos grupos econômicos marginados do mercado laboral, como os jovens e as mulheres. Também se denota um grande interesse pela formação de redes e organizações de produtores e agricultores, assunto de adquire relevância se pensado como uma estratégia para o reconhecimento formal da agricultura familiar frente os canais de comercialização. Com respeito a isto, Schultz (2007) afirma que “o estabelecimento das estratégias nas organizações ocorre com o objetivo fundamental de atingir legitimidade institucional” e logo, citando a Machado-da-Silva e Fonseca (1999), argumenta que:

...O “atendimento às orientações coletivamente compartilhadas” é que dá sustentação às estratégias implementadas, e o seu atendimento faz parte dos principais balizadores da análise da eficiência organizacional. De tal forma, a noção de competitividade, nas organizações, simplesmente se afasta da do desempenho atingido nos processos de gestão da produção e de alcance de melhores posições no mercado (Agroecologia, agricultura orgânica e institucionalização das relações com o mercado nas organizações de produtores do Brasil1 , 2007, p. 69).

Desta forma, podemos considerar que para uma organização de produtores orgânicos com base agroecológica se estabelecer no mercado de forma competitiva, é necessário que atenda seus princípios e propósitos coletivamente compartilhados para assim assegurar sua legitimidade institucional.

Ainda quando não sejam voltados exclusivamente para a agroecologia, a política pública brasileira possui programas nos quais as redes e organizações[[2]](#footnote-2) inseridas na produção orgânica podem ter um espaço para se desenvolver, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE–, o Programa de Aquisição de Alimentos –PAA–, o Programa de Agroindústria, o Sistema Único de Inspeção Sanitária –SAF–, o Selo da Agricultura Familiar, o Programa Mais Gestão, o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural –PATER–, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –PRONAF–, o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar –PGPAF–, a Instrução Normativa N° 17, de 18 de junho de 2014[[3]](#footnote-3), o Decreto nº 8.384, de 29 de dezembro de 2014[[4]](#footnote-4), a Instrução Normativa Conjunta N° 1 de 6 de fevereiro de 2015[[5]](#footnote-5), e outros mecanismos que apontam ao adiantamento, resgate e sustentabilidade da agricultura familiar na agroecologia.

Por exemplo, o programa Mais Gestão fomenta a organização das famílias agricultoras, promovendo o fortalecimento de cooperativas da Agricultura Familiar por meio da qualificação dos seus sistemas de gestão (organização, produção e comercialização), com o objetivo de certificá-las para garantir seu ingresso a mercados. Igualmente o programa de Agroindústria apoia a inclusão dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização da sua produção, reconhecendo a importância da agregação de valor para a participação nas cadeias produtivas e, finalmente, se encontra a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC –, que tem como objetivo apoiar, fomentar e promover o cooperativismo e o associativismo rural dos brasileiros.

Porém, na maioria das políticas púbicas brasileiras para a produção orgânica e com base na agroecologia, encontraram-se algumas dúvidas no que diz respeito à permanência e eficácia das mesmas. Programas como PRONAPO ainda não possuem uma prorrogação, e as políticas de cooperativismo possuem falhas de comunicação e proximidade, pois se encontram muitas cooperativas e redes agroecológicas que não tem atingido a sustentabilidade econômica e seguem dependendo dos auxílios dos diferentes níveis de governo. Por outro lado, embora que a agroecologia tenha se tornado um importante item nas metas do atual governo, o agronegócio continua priorizando o uso de técnicas e tecnologias que distanciam das características orgânicas e agroecológicas, fato que impede a ascensão das cooperativas de produtores orgânicos nas cadeias produtivas.

Para efeitos de análise e exemplo, na sequência, a pesquisa descreve o funcionamento de uma destas cooperativas agroecológicas, que dado ao seu tempo de existência e proximidade geográfica com mercados maiores, ainda apresenta sustentabilidade econômica continua baixa e uma gestão que conhece pouco das muitas das políticas públicas voltadas para a agroecologia.

# ESTUDO DE CASO - ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE PRODUTORES RURAIS ECOLÓGICOS (ACEMPRE)

A Associação Central de Produtores Rurais Ecológicos (ACEMPRE) foi fundada em agosto de 1992, a partir da necessidade dos produtores de atender a comercialização dos seus produtos. Por se tratar do meio rural, a distância geográfica entre o produtor e consumidor dificultava ou até mesmo inviabilizava a entrega dos produtos ao mercado consumidor.

Considerando a necessidade comum entre estes agricultores, a estratégia para comercialização foi criar uma central de recebimento e preparo para posterior distribuição dos produtos. Do ponto de vista logístico, Bowersox (2001) afirma que a estratégia de um depósito ou centro de distribuição intermediário para um grupo de produtores, auxilia na redução dos custos logísticos.

Assim, a central estabeleceu o seu local na Travessa Brasília, n° 10, no centro do município de Marechal Cândido Rondon, no oeste do Estado do Paraná. O local cedido pela prefeitura é utilizado para o recebimento, separação ou preparo, faturamento ou contabilização, e distribuição e venda dos produtos oriundos da agricultura. O estabelecimento conta com um sistema gerencial de cadastro de produtos e registros, que otimiza o controle de entradas e saídas da associação.

No entanto, ainda que a associação se abstenha da despesa com aluguel ou aquisição de um imóvel, o espaço disponível não comporta funcionalmente todas essas atividades, desta forma, identifica-se um entrave para ampliação e qualidade da atuação da associação no mercado.

Em contrapartida, o estabelecimento da ACEMPRE localizado no centro da cidade, ou seja, muito próximo do seu mercado consumidor, pode se beneficiar amplamente deste fator, tanto como uma estratégia de marketing de estar disponível onde e quando os consumidores necessitam conforme afirma Campos e Brasil (2007), como para redução de custos que segundo Bowersox (2001) a proximidade do mercado justifica-se como alternativa para reduzir custos e possibilitar rápido ressuprimento.

Atualmente a associação consta com 65 produtores sócios e 30 constantes (que fornecem mensalmente os produtos para a comercialização). A Acempre comercializa produtos da agricultura familiar in natura e industrializados para supermercados, restaurantes, para o SESC (Serviço Social do Comércio), para o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e direto ao cliente no ponto de venda. Menos da metade dos produtores fornecem produtos mensalmente, a outra metade enfrenta dificuldades na produção, transporte, etc.

Os produtores associados à ACEMPRE seguem o sistema produtivo orgânico com base na agroecologia, desta forma o diferencial dos produtos de ACEMPRE é a não utilização de agrotóxicos. Além da qualidade, esse sistema de produção não torna o produto mais caro que o convencional, além disso, a associação trabalha com o acréscimo percentual de 30% a 40% sobre o valor pago ao produtor. Porém, a concorrência nos supermercados com os produtos convencionais, é afetada pela pouca variedade de produtos da ACEMPRE, isso se dá em decorrência da sazonalidade e condições naturais de produção.

A associação possui como diretriz a adesão à assistência técnica por parte dos produtores, como pré-requisito para se vincular sócio. A assistência técnica onde é realizada pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) que conta com profissionais especializados nas áreas de agronomia, ecologia, zootecnia, administração, que orientam sempre os produtores a buscar a certificação orgânica[[6]](#footnote-6). Alguns dos produtores já são certificados e os demais estão em transição. Entre os fatores que impedem a busca por certificação considera-se o preço elevado e a pouca valorização do produto orgânico certificado.

Ao estabelecer um ponto de comercialização que atendesse a demanda do mercado, a associação conseguiu melhorar sua previsão de vendas e consequentemente seu planejamento de produção. Desta maneira, os produtores conseguem reduzir perdas de produtos por falta de ter para quem vender.

Para realizar a comunicação entre os associados, a ACEMPRE utiliza de ferramentas como o telefone e a rede social Facebook, que é vista como o meio mais prático e eficaz para comunicação, tanto com o associado como com o consumidor.

Apesar de fazer parte dos sistemas de gestão da associação, a inclusão digital e o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC’s ainda é um ponto apresentado com dificuldade. A divulgação dos produtos e do ponto de venda, a utilização da tecnologia para a comercialização e o marketing para a agricultura familiar e para a associação não atinge um resultado satisfatório.

Para Lazarte (2000) os elementos necessários para inclusão digital não devem contemplar apenas o acesso físico à infraestrutura e a conexão em rede e computadores, mas, especialmente, a capacitação das pessoas para utilizar estes meios de comunicação da informação e, principalmente, para criar a possibilidade de uma incorporação ativa em todo processo de produção, compartilhamento e criação cultural.

Outro importante papel da inclusão digital é a capacitação de produtores através de cursos de informática, possibilitando o acesso dessas pessoas, muitas vezes às margens das tecnologias, que tenham domínio de ferramentas tecnológicas e assim contribuam para o desenvolvimento pessoal, da propriedade e produção.

Apesar de apresentar características positivas desde a produção até a entrega do produto ao consumidor final, a ACEMPRE apresenta dificuldades financeiras, de gestão, de participação por parte dos associados, de infraestrutura, marketing, logística, entre outros. Sugere-se então, que para atender estas dificuldades a associação busque amparo no Programa Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica de conforme diretrizes apresentadas neste trabalho atendem em grande parte, as demandas assistenciais apresentadas pela ACEMPRE.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel da política pública voltada às práticas da agroecologia resulta determinante para o estabelecimento de um ambiente formal onde os produtores agroecológicos possam se desenvolver e onde a produção orgânica adquira força. Desde os modos de produção e transformação dos produtos, até a identificação de canais de comercialização fazem parte do cenário apropriado para que a produção orgânica e com base agroecológica consiga protagonismo na economia dos bens agrícolas, considerando o recente aumento da demanda por alimentos saudáveis e seguros. No entanto, se faz indispensável conformar redes e organizações de produtores orgânicos, que funcionem adequadamente nesses cenários desde suas práticas sustentáveis na gestão dos recursos humanos e econômicos, ao igual que políticas públicas permanentes e específicas para o adiantamento desta prática.

Conseguindo atingir estes objetivos, se impacta direta e indiretamente o bem estar das famílias de agricultores, através da inclusão dos segmentos marginados do mercado laboral, incentivando o empreendedorismo, mitigando a problemática do êxodo rural e gerando sustentabilidade nas rendas familiares do campo. Consequentemente, a produção orgânica traz consigo grandes benefícios para o equilíbrio ambiental e o resgate das propriedades minerais dos solos.

O caso da ACEMPRE comprova que mesmo com os programas governamentais disponíveis para assistência deste tipo de organização, ainda encontram-se dificuldades para organizar produtores rurais agroecológicos na busca do fortalecimento de sua propriedade.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Borges , J. L. (2012). Movimentos sociais e sustentabilidade: os desafios da extensão rural agroecológica em assentamentos de reforma agrária. *Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* , 203-230.

Brasil, C. V. M & Campos, L. F. R. (2007). *Logística. Teia de Relações.* Curitiba: Ibepex.

Caporal, F. R., & Costabeber, J. A. (2004). *Agroecologia e Extensão Rural. Contribuições para a promoção do desenvolvimento rural Sustentável.* Acesso em Julho de 2015, disponível em Site web EMATER - Governo do Brasil: http://www.emater.tche.br/site/arquivos\_pdf/teses/agroecologia%20e%20extensao%20rural%20contribuicoes%20para%20a%20promocao%20de%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel.pdf

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso Futuro Comum* (2ª.ed). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Companhia Nacional de Abastecimento do Brasil -CONAB-. (2015). *Agricutura Familiar*. Acesso em Julho de 2015, disponível em Site web oficial de CONAB - Governo do Brasil: http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125

*Lei 11.326 de 24 de julho de 2006* (2006). Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF. Recuperado em 24 de julho de 2015 de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>

Limeira Coutinho, A. D. (2011). *A viabilidade da transição agroecológica no crédito rural: estudo de caso do assentado Ander Rodolfo Henrique no município de Diamante do Oeste do Estado do Paraná.* Acesso em Julho de 2015, disponível em Site Web Repositório da UFCS: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95828/296901.pdf?sequence=1

Linhares de Assis, R., & Ribeiro Romeiro, A. (2002). Agroecologia e agricultura quiímica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e meio ambiente*, 67-80.

Maluf, R. S. (2010). Programas de Desenvolvimento Rural Sustentável e a Agricultura Familiar no Brasil: enfoques, atores e escalas. *Raízes*, 19-26.

Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento. (2014). *Instrução Normativa Nº 17 de 18 de Junho de 2014.* Acesso em Julho de 2015, disponível em Site web Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento: www.agricultura.gov.br/arq\_editor/IN-17.pdf

Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento. (Fevereiro de 2015). *Instrução Normativa Conjunta SDA/SDC Nº 1 de 06 de fevereiro de 2015.* Acesso em Julho de 2015, disponível em Site web Ministério de Agricultura, pecuária e abastecimento: http://www.agricultura.gov.br/arq\_editor/file/Desenvolvimento\_Sustentavel/Organicos/Produtos%20Fitossanit%C3%A1rios/Especificacao%20de%20referencia/IN%20Conjunta%20SDA\_SDC%20N%C2%BA%201,%20de%2006%20de%20fevereiro%20de%202015.pdf

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Governo do Brasil. (2015). *Programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário*. Acesso em Junho de 2015, disponível em Site web oficial do Ministério do Desenvolvimento Agrário: http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/programas

Presidência da República Federativa do Brasil. (2014). *Decreto Nº 8.384, de 29 de dezembro de 2014.* Acesso em Julho de 2015, disponível em Site web Palácio do Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8384.htm

Primavesi, A. M. (2008). Agroecologia e manejo do solo. *Agricuturas*, 7-10.

Schultz, G. (2007). Agroecologia, agricultura orgânica e institucionalização das relações com o mercado nas organizações de produtores do Brasil1 . *Agrária*, 61-93.

1. Para saber mais sobre o conceito de agricultura familiar pesquisar Lei 11.326/2006. Art.1º e Art.3º. [↑](#footnote-ref-1)
2. Nelas são incluídas centrais, associações, cooperativas, e outras formas de associatividade dos agricultores. [↑](#footnote-ref-2)
3. Que estabelece o tratamento dos Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal (Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento, 2014) [↑](#footnote-ref-3)
4. Que dispõe sobre produção de fertilizantes, corretivos e biofertilizantes (Presidência da República Federativa do Brasil, 2014) [↑](#footnote-ref-4)
5. Que aponta as especificações de referência de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica (Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento, 2015) [↑](#footnote-ref-5)
6. É um ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado, dá garantia por escrito de que uma produção ou um processo claramente identificados foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes. [↑](#footnote-ref-6)